



- REQUERIMENTO Número /XIII
(.ª)
- PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Corte no financiamento da Agência Lusa

Destinatário: Ministério das Finanças

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 19 de julho, a Assembleia-Geral de acionistas da Lusa aprovou o plano de atividades e o orçamento da agência. Nesta mesma reunião, o acionista Estado aprovou um limite de 3,630 milhões de euros na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, correspondente a um corte de 11% face ao que estava aprovado pelo Conselho de Administração. Esta rubrica, alertam as organizações representativas dos trabalhadores da Agência, “paga muita da atividade diária jornalística da agência, incluindo salários de correspondentes e avançados, nacionais e internacionais, que agora poderão ver-se no desemprego”.

A Agência Lusa presta, no setor da comunicação social, um serviço público essencial. À sua importância, crescente num contexto de crise da comunicação social, nunca correspondeu o adequado financiamento da agência. A sucessão de cortes, o incumprimento do contrato-programa e os atrasos na transferência da indemnização compensatória (que deveria ser atualizada à inflação) têm sido a regra numa agência que vive há demasiados anos numa situação de subfinanciamento crónico. Este corte agrava esta situação e, segundo o Presidente do Conselho de Administração da Agência Lusa, coloca o orçamento da agência no valor mais baixo desde há duas décadas. Por tudo isto, o Bloco de Esquerda considera este corte inaceitável.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem dirigir ao Governo, através do Ministério das Finanças, as seguintes questões:

1. Como justifica o Governo este corte que, como denunciado pela Comissão de Trabalhadores, pelo Conselho de Redação e pelos sindicatos, levará “a uma brutal perda da qualidade dos serviços da agência a ao despedimentos de trabalhadores jornalistas”?
2. Está o Governo disponível para reverter esta decisão e, com isso, proteger a Agência Lusa e o direito a uma informação plural e rigorosa? Se sim, quando?

Palácio de São Bento, 24 de julho de 2018.

O deputado,

José Manuel Pureza